

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

LETICIA DELLA VECCHIA BENDO

**SISTEMA DE ATOS INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DOS ATOS BILATERAIS
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL COM DESTAQUE
PARA O AGRONEGÓCIO**

CRICIÚMA

2015

LETICIA DELLA VECCHIA BENDO

**SISTEMA DE ATOS INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DOS ATOS BILATERAIS
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL COM DESTAQUE
PARA O AGRONEGÓCIO**

Monografia apresentada para a obtenção do grau de Bacharel em Administração, no Curso de Administração Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Orientador: Prof. Msc. Júlio Cesar Zilli

CRICIÚMA

2015

LETICIA DELLA VECCHIA BENDO

**SISTEMA DE ATOS INTERNACIONAIS: UM ESTUDO DOS ATOS BILATERAIS
DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL COM DESTAQUE
PARA O AGRONEGÓCIO**

Monografia apresentada para a obtenção do
Grau de Bacharel em Administração com Linha
de Formação Específica em Comércio Exterior
da Universidade do Extremo Sul Catarinense,
UNESC.

Criciúma, 8 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Julio César Zilli – Mestre – Orientador - (UNESC)

Profa. Adriana Carvalho Pinto Vieira – Doutora - (UNESC)

Profa. Jucélia da Silva Abel - Mestre - (UNESC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, princípio de tudo. Ele quem me deu a vida para alcançar meus objetivos e me deu a oportunidade de realizar meus sonhos. Onde me encorajou a prosseguir minha vida e nunca desistir.

Aos meus pais, Fábio Bendo e Estela Della Vecchia, que são os educadores da minha vida. Que desde quando eu nasci, me proporcionaram tudo de melhor que há nesse mundo e me incentivaram sempre a seguir uma vida acadêmica para meu futuro. Nada teria sentido sem vocês, exemplo de educação, amor, carinho, cumplicidade e inteligência. Agradeço a paciência em todos esses anos de faculdade, tantos nos momentos bons e difíceis, sempre me apoiando em todas as minhas decisões e acreditando no meu potencial.

Ao meu namorado Felipe Maia, por fazer parte dessa conquista desde o começo, sempre prestativo, dando atenção e carinho para jamais desistir desse sonho.

Todo agradecimento com muito amor e carinho ao meu orientador e amigo, Júlio Cesar Zilli, professor que desde a primeira aula conquistou minha admiração, pela sua paciência, dedicação e inteligência. Pessoa que ajudou para que este estudo fosse entregue e virasse realidade, sempre contribuindo com suas sábias ideias. Alguém que se tornou para mim um grande amigo e o melhor professor.

Agradeço à todos os professores do Curso de Administração com Habilitação em Comércio Exterior, pelas dedicações em todos esses anos de estudo.

Aos que fizeram parte dessa caminhada ao meu lado, em especial minhas amigas Carolina, Graziela, Franciane e Kassia que sempre me deram forças para conseguir alcançar meus objetivos.

Por fim, gostaria de agradecer todos meus amigos e familiares que me incentivaram sempre para chegar até o fim. Muito obrigada!

RESUMO

BENDO, Leticia Della Vecchia. **Sistema de Atos Internacionais: Um estudo dos Acordos Bilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com Destaque para o Agronegócio.** 2015. 51 páginas. Monografia do Curso de Administração – Linha de Formação Específica em Comércio Exterior, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC.

Os Atos Internacionais são documentos escritos entre os estados administrado pelo direito internacional. Cada país participante determina quais os tratados serão acordados para depois regularizarem sua aplicação. Tradicionalmente os atos podem ser classificados como Bilaterais, que são acordos firmados entre dois países e Multilaterais que são entre mais de duas partes. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os Atos Bilaterais relacionados ao agronegócio brasileiro. Com relação à metodologia utilizada, o trabalho caracterizou-se como uma pesquisa descritiva quanto aos fins de investigação e pesquisa bibliográfica e documental quanto aos meios de investigação. A técnica de pesquisa utilizada foi a qualitativa, baseada em dados extraídos pelo site oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE). A análise da pesquisa obteve essencialmente abordagem qualitativa. Verificou-se que o Brasil possui no total de 306 acordos bilaterais com relação ao agronegócio com os continentes Africano, Américas, Asiático, Europeu, outros com as Organizações das Nações Unidas (ONU) e alguns acordos com continentes não identificados. A maioria dos acordos firmados entre países são projetos para melhorar a agricultura familiar, cooperação para desenvolvimento agrário e rural. Foi identificado que o continente que possui mais acordos com o Brasil é a América do Sul, totalizando 75 atos relacionados ao agronegócio e o continente menor, o Asiático composto por 17 atos internacionais.

Palavras-chave: Ato Internacional. MRE. Agronegócio.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gestão no Campo	16
Figura 2 - Rodadas de Negociações	19

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - OMC.....	21
Quadro 2 - Acordos Bilaterais – Continente Africano	31
Quadro 3 - Acordos bilaterais com América do Norte	35
Quadro 4 - Acordos Bilaterais – América do Sul	37
Quadro 5 - Acordos Bilaterais – América Central.....	41
Quadro 6 - Acordos Bilaterais – América Ásia	43
Quadro 7 - Acordos Bilaterais - Europa.....	45
Quadro 8 - Acordos Bilaterais – Nações Unidas	459
Quadro 9 - Acordos Bilaterais - Diversos	50

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	11
1.2 OBJETIVO.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	12
1.2.2 Objetivos específicos.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 AGRONEGÓCIO	14
2.2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO	16
2.3 ATOS INTERNACIONAIS	20
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	27
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	27
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO	29
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	29
3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS.....	30
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	31
4.1 ACORDOS BILATERAIS – CONTINENTE AFRICANO	31
4.2 ACORDOS BILATERAIS - AMÉRICA DO NORTE	34
4.3 ACORDOS BILATERAIS - AMÉRICA DO SUL.....	36
4.4 ACORDOS BILATERAIS - AMÉRICA CENTRAL	41
4.5 ACORDOS BILATERAIS - AMÉRICA ÁSIA	43
4.6 ACORDOS BILATERAIS – EUROPA.....	44
4.7 ACORDOS BILATERAIS - NAÇÕES UNIDAS	49
4.8 ACORDOS BILATERAIS - DIVERSOS	50
5 CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Com o aumento da economia brasileira, o homem se utiliza de diversos meios oportunos para que seu trabalho seja valorizado. A partir de então, procurou descobrir novas formas e experiências para adotarem estratégias para obtenção de resultados maiores, e transformar um simples trabalho em uma agricultura moderna, possibilitando assim o início de uma comercialização no mercado interno e até mesmo uma relação internacional entre os países mais próximos e evoluindo com maiores (MAPA, 2015)

Ao resolver iniciar um processo de comercialização, para acesso ao mercado externo, é necessário fazer todo o procedimento de um acordo internacional, pois cada produto possui suas peculiaridades (HEREDIA; PALMEIRA; PEREIRA, 2010).

No decorrer de sua trajetória, começou a ser discutida a possibilidade de utilizar uma agricultura moderna. Pois antigamente, a atividade agrícola era considerada apenas uma atividade artesanal. Mas, com o passar do tempo, exigiu-se uma expansão e uma modernização do agronegócio. Tornou-se viável com o apoio do Governo Federal. Com a criação da proposta, aumentou a produção, deram origem a renda e empregos, investimentos rurais e ampliou a produção e acrescentou as exportações (POLÍTICA AGRÍCOLA, 2006).

Com o crescimento acelerado das atividades econômicas, o agronegócio pode estar sujeito a crises. Um dos obstáculos é a falta de infraestrutura e logística que podem ser superados com os investimentos públicos e privados. Mas também possui altos níveis de eficiência, com o foco na modernização da tecnologia de produção e existência de investimentos, onde os resultados ganhos são de posse do investidor (POLÍTICA AGRÍCOLA, 2006).

Segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA (2014) o agronegócio tem desempenhado um crescimento expressivo no comércio internacional, estabelecendo uma posição como um dos maiores exportadores de alimentos. Divulgou os dados que entre janeiro a agosto de 2014 o agronegócio atingiu um montante de US\$ 67,61 bilhões. O complexo soja foi o destaque desse semestre, que alcançaram uma cifra de US\$ 27,25 bilhões e um aumento 9,5% no valor. A soja em grão foi o principal produto exportado e atingiu 47,97 milhões de toneladas (+ 13%). O setor de carnes foi o segundo com maior

volume exportado, com US\$ 11,34 bilhões que representou 16,8% nas exportações.

De acordo com os dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil -CNA (2014), a análise demonstrou que dos 10 principais produtos da pauta exportadora brasileira, entre janeiro a julho, sete pertencem ao agronegócio. Um dos destaques foi a recuperação das exportações de café, cujas cresceram 77,2% (US\$ 522 milhões) e em quantidade 44% (US\$ 2,8 milhões de toneladas), comparando com o desempenho do ano anterior. Outro destaque é a carne bovina, as vendas aumentaram 23,2% (571,7 milhões) em julho e 16,7% no período de janeiro a julho, comparando com o ano de 2013.

Deste modo, com esse constante crescimento, a procura de produtos está em alta, com as diversas formas de pagamento e por falta dos produtos no próprio país. Uma pesquisa realizada pela CNA (2014) mostra que o aumento das exportações de carne bovina está relacionado com as vendas para Hong Kong, Venezuela, Egito e Iran, pelo fato da China retirar o embargo imposto à carne bovina e com isso podendo ampliar ainda mais a venda no segundo semestre de 2014.

Neste contexto, a presente monografia tem como objetivo identificar os atos bilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com destaque para o agronegócio.

A monografia foi estruturada em cinco capítulos, onde o primeiro destaca a situação problema, os objetivos geral e específicos e a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa. No segundo capítulo encontra-se a fundamentação teórica, objetivando destacar os autores e suas publicações mais relevantes em relação ao tema em estudo.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a aplicação da pesquisa junto ao site oficial do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

No quarto capítulo destacam-se os dados coletados com a pesquisa bibliográfica e a sua análise com o objetivo de responder a pergunta de pesquisa apresentada no estudo. Finalizando o trabalho, encontram-se a conclusão e as referências.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

O comércio internacional vem crescendo por diversidade de produtos. O Brasil começou a estudar os pontos relevantes para abertura deste ramo, mas não imaginava que o setor iria obter um desempenho positivo. Com aumento da produção, iniciou a ampliação das regiões que eram consideradas inúteis para produção. Devido ao número expressivo de exportações nos últimos anos, a produção brasileira está voltada principalmente ao mercado externo, com ajuda do avanço da tecnologia e pelo fato de existir inúmeras formas de negociação (POLÍTICA AGRÍCOLA, 2006).

Para um setor começar a pensar na internacionalização para exportar o produto, é necessária a modernização, onde irá adquirir experiência e importância no mercado. Com a criação da Organização Mundial do Comércio – OMC, os países membros são beneficiados com uma estrutura de negociação, as políticas comerciais e os acordos que estão em vigor. É necessário observar o passo a passo dos acordos internacionais que poderão interferir em toda a negociação, pois cada país possui sua classificação.

Segundo Contini (2001), as perspectivas são promissoras. O Brasil detém terras abundantes, planas e baratas, como são cerrados com uma reserva de 80 milhões de hectares, dispõe de produtores rurais experientes e capazes de transformar essas potencialidades em produtos comercializáveis e detém um estoque de conhecimentos e tecnologias agropecuárias, transformadoras de recursos em produtos. Para qualquer ângulo que se analise o mercado, o tamanho que o Brasil adquiriu no campo do agronegócio é impressionante.

Pelo grande crescimento desse setor, o Brasil possui um amplo mercado para oferecer, com a facilidade da mão de obra para gerar cada dia mais empregos. Assim, questiona-se: **Quais os atos bilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com destaque para o agronegócio?**

1.2 OBJETIVO

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os atos bilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com destaque para o agronegócio.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Destacar os atos bilaterais do Brasil com o continente Africano;
- b) Apresentar os atos bilaterais do Brasil com as Américas;
- c) Analisar os atos bilaterais do Brasil com o continente Asiático;
- d) Identificar os atos bilaterais do Brasil com a Europa;
- e) Apresentar os atos bilaterais do Brasil com as Nações Unidas;
- f) Destacar os atos bilaterais do Brasil com organismos internacionais.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem como objetivo identificar os atos bilaterais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil com destaque para o agronegócio.

Portanto, o estudo se torna oportuno, pois será analisado os acordos que estão em vigor em relação ao Brasil com outros países no ramo do agronegócio e os Acordos Internacionais, para que os impactos não interferem nos negócios. Sendo assim, essa pesquisa propõe o estudo dos Acordos Internacionais vigentes com relação ao agronegócio.

Em nota, é necessário observar que o tema é pouco tratado e quem precisa dos produtos desse ramo, encontram muita dificuldade sobre os procedimentos, pois cada segmento depende de seus acordos e normas adotadas pelo país.

Sendo assim, o estudo se torna relevante para a pesquisadora pelo desafio por ser um tema pouco tratado que irá suprir uma necessidade profissional e para universidade pelo fato de ter um conhecimento a mais nos seus acervos para

futuros acadêmicos que desejam realizar uma pesquisa mais abrangente e obtenção dos resultados da mesma.

Por residir em um município pequeno e rural, surgiu o interesse de fazer a pesquisa no ramo do agronegócio mais moderno, para que futuramente a pesquisadora poderá usufruir de sua pesquisa para inovar e modernizar o produto que a própria família produz.

Por fim, este estudo se torna viável, pois o agronegócio é considerado o setor mais importante da economia brasileira. Mas por meio disso, é necessário fazer um levantamento dos riscos e impactos que estão inerentes aos Acordos Internacionais para que essa comercialização seja realizada. Pode-se dizer que será possível obter as informações necessárias e que a acadêmica terá tempo suficiente para realização da pesquisa e entrega no prazo do cronograma estabelecido pelo curso.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desta forma, os próximos títulos do capítulo procuram relacionar informações acerca do propósito da pesquisa, assim como entendimento do tema em estudo com base em outros autores.

2.1 AGRONEGÓCIO

Devido a poucas opções no passado, mas com grandes expectativas de crescimento de seu trabalho, os empreendedores não deixavam de produzir por falta de infraestrutura, por exemplo as estradas; por mais simples e difíceis as situações de produção, nunca deixaram de seguir os caminhos para chegar a tão esperada agricultura moderna. Neste contexto, eles não evoluíram apenas no seu trabalho e sim no futuro. Muitas famílias migraram para cidades maiores em busca de novas oportunidades e outras continuaram na vida no campo (CONTINI, 2015).

Outros fatores que não favoreceram o agronegócio foram à variação cambial. Pode-se dizer que esse fator fez com que o setor exportasse seus produtos, gerando superávits para a economia. Com esse expressivo aumento, o real foi valorizado e diminuíram os ganhos dos exportadores do real. Mas o agronegócio já passou por muitas situações que foram superadas. Hoje nota-se que os investimentos em tecnologia aumentaram, os produtores melhoraram e variaram os tipos de plantas e raças de animais. Ainda os sistemas de produção ficaram mais eficientes para cada atividade e com isso, os pequenos e médios produtores se tornaram empresários (Política Agrícola, 2006).

De acordo com Mancini (2008), o agronegócio passou por muitas reformas e mudanças, no fim dos anos 80 e 90. Muitos pensavam que essa mudança iria afetar a produção e obter uma queda nas exportações. Mas isso não aconteceu, muito pelo contrário. Foi com essa “mudança” que resultou que o agronegócio obtivesse um aumento na economia do país.

Segundo Bacha (2004) o agronegócio trata-se do “conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e à transformação dos produtos agropecuários”.

O conceito de agronegócio, de acordo com Davis e Goldberg (1957), é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição de produtos agrícolas e itens produzidos a partir dele.

Pode ser definido como “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles” (CRUVINE; MARTIN NETO, 1999).

Segundo Portal do Agronegócio (2014):

Moderno, eficiente e competitivo, o agronegócio brasileiro é uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados. Esses fatores fazem do país um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados às suas cadeias produtivas. O agronegócio é hoje a principal locomotiva da economia brasileira e responde por um em cada três reais gerados no país.

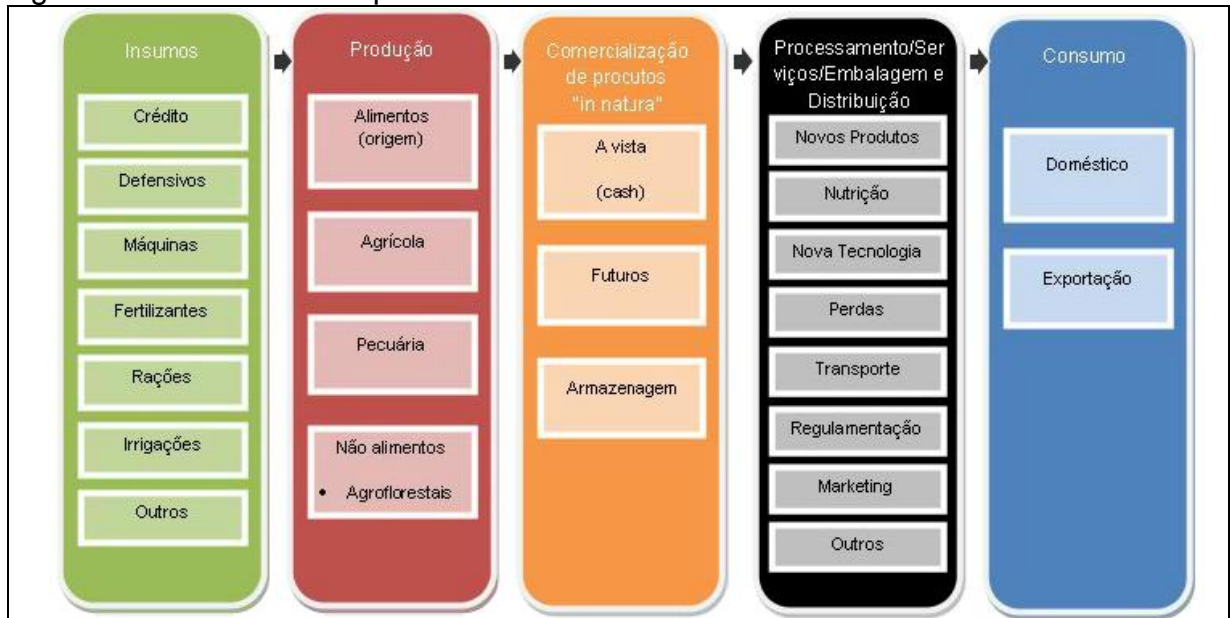
Com o passar do tempo, o agronegócio foi alcançando cada vez mais o sucesso. Mas em torno desse tempo de conquista, foi superando muitos obstáculos durante a trajetória. Como problemas externos com o setor, devido a inflação e os problemas cambiais. Outros internos, como o desenvolvimento da tecnologia, o conhecimento em áreas para o plantio de grãos e o crescimento dos produtores rurais para se instalarem em novas áreas agrícolas propícias ao empreendedorismo (POLÍTICA AGRÍCOLA, 2006).

Como se trata de um período totalmente longo, o agronegócio passou por avanços em seu crescimento e melhorando cada vez mais a qualidade de produção, gerando assim renda e um perfil empreendedor, assim ocupando como um dos destaques na economia, no crescimento econômico e gerando também oportunidade de trabalho para os demais setores que englobam na produção (FERREIRA, 2015).

Esboçada a partir das tecnologias de tempo a tempo, a agricultura começou a ser considerado um fator relevante na economia, deixou de ser apenas um setor que produzia apenas alimentos e grãos, começou a ser considerado um agronegócio, ou seja, começou a ser um conjunto de atividades que englobam a produção, beneficiamento e a venda dos produtos e a distribuição para o consumidor final (PALERMO, 2006).

Segundo Gestão no Campo (2014), o agronegócio pode ser entendido dividido em cinco principais setores:

Figura 1 - Gestão no Campo



Fonte: Conceito de agronegócio (Gestão no campo, 2014)

Para esse crescimento acelerado, foram adotadas diversas tecnologias, os resultados obtidos não foram apenas dos atributos oferecidos pela agropecuária brasileira. Com a modernização rural, foram obtidos diversos resultados relevantes para o processo de desenvolvimento. Pesquisas e modernização de máquinas e equipamentos foram um passo a mais para que o país se tornasse um dos principais exportadores de produtos agrícolas (Portal do agronegócio, 2015).

As rápidas mudanças no mercado internacional demonstraram que o Brasil obteve um crescimento expressivo no comércio internacional do agronegócio, sendo elencado como um dos maiores exportadores de alimentos para mais de 200 países (MAPA, 2015).

2.2 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

A necessidade de abertura para novas integrações no comércio internacional é um assunto que está sendo uma ferramenta de estudo importante. Pode se referir em um conjunto de metas para benéficos de liberação comercial. Considerando assim, a eliminação de barreiras alfandegárias e liberação econômica (COSTA, 2006).

Para facilitar a integração entre países com base na economia, o termo globalização surgiu com intuito de facilitar as transações financeiras e comerciais de pessoas, empresas e governos de diferentes países (NASSER, 2003).

De acordo com Carneiro (2011) “no fim da segunda guerra mundial, passou a existir a necessidade de um acordo que envolvesse os países de vários níveis de desenvolvimento, em busca de um crescimento comercial em nível mundial”.

Segundo Batalha (2007, p. 371):

O propósito de desenvolvimento do comércio mundial sob preceitos de liberação progressiva foi tomado pelo conjunto dos 23 países que iniciaram o Acordo Geral de Tarifas e comércio (GATT) após o encerramento da II Guerra Mundial. A instituição do GATT foi, juntamente com o Fundo monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), o principal resultado da conferência de *Bretton Woods* de 1944, cujas principais nações capitalistas acordaram uma série de protocolos nas áreas comercial, cambial e financeira, com o intuito de conferir maior estabilidade às relações econômicas entre os países.

Segundo Silva (2008, p. 162) “com o fim da II Guerra Mundial, enormes dificuldades econômicas, transformaram-se em outros problemas e perdas; ameaçando todo o sistema financeiro e comércio internacional”.

Destaca-se que no fim da Segunda Guerra Mundial houve a necessidade de criar acordos entre os povos para auxiliar na economia que estava visivelmente insatisfatório. O primeiro que foi estabelecido e que estão em vigência até hoje no comércio internacional, são duas grandes organizações o FMI e o BIRD. Eles são fundamentais para o fornecimento de verbas para estabilidade dos países que foram alvo de guerra, bem como auxiliar os órgãos com problemas no balanço de pagamentos e equilibrar as taxas de câmbio, para não haver problemas no comércio dos países (DA LUZ, 2004).

Ainda segundo Carneiro (2011), com o intuito de alcançar o objetivo, em uma das ultimas que ficou conhecida como Conferência de Havana, onde foi criada a OIC, tendo em vista que foi elaborada uma Carta Constitutiva, que a organização entraria em vigor. Mas a aprovação dessa nova organização apenas ficou no papel devido ao número mínimo de assinaturas necessárias para aprovação de seus interesses, sendo que o principal responsável pelas assinaturas era os Estados Unidos que não autenticou a carta.

É interessante notar que, a OIC não foi um sistema que entrou em vigor. Com o objetivo de um ser um sistema simples e provisório, o GATT apenas centrava

suas metas na redução das tarifas alfandegárias. Com a criação, acabou organizando todo o sistema multilateral e com o passar do tempo, achando novas formas de estabelecer um novo sistema, a Organização Mundial do Comércio e assim recuperar as metas mais relevantes inicialmente planejadas pela OIC (PRAZERES, 2007).

Segundo Cortinhas (2005, p. 24):

O acordo não previa a formação de uma organização internacional para regular o comércio, mas estabelecia princípios, normas e padrões de conduta aos Estados, que incluíam uma nova metodologia para as negociações comerciais entre os principais atores do sistema internacional, que deveriam atuar de forma multilateral em busca de uma maior liberalização comercial.

Com isso foi aprovado o GATT, inicialmente cuja seu principal objetivo era a redução de tarifas alfandegárias junto ao comércio internacional, se tornou um foro de negociações, onde se um dos Estados membros tinham a permissão de realizar algo, automaticamente os demais Estados membros tinham direito de igualdade (BARRAL, 2000).

Dessa maneira, depois de vários avanços e recuos, discussões sobre a diminuição de barreiras ao comércio, criaram o GATT que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 1948, como um sistema provisório substituto, enquanto a OIC não fosse aprovada (CARNEIRO, 2015).

Em 1947 foi criado o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Inicialmente esse sistema foi criado para dar início a Organização Internacional de Comércio (OIC), mas tornou-se provisório até a possibilidade de ser tornar viável para criação da OIC. Durante o processo de desenvolvimento, o GATT serviu para facilitar os acordos comerciais multilaterais, onde os Estados buscavam facilitar realizações liberais para ambos. Com isso, deram origem a diversas rodadas de negociações. Assim como a Rodada Uruguai que deu início em 1986 (NASSER, 2003).

Segundo da Luz (2004), o GATT deu início a diversas rodadas de negociações. Em seus andamentos de existência, levou quase meio século para colocar em pauta as negociações sobre assuntos relacionados sobre o comércio internacional. As Rodadas começaram em 1947, totalizando 8 Rodadas de Negociações. O quadro abaixo demonstra um pequeno resumo sobre as Rodadas de Negociações:

Figura 2 - Rodadas de Negociações

Rodada	Data	Local	Nº de Participantes	Comércio Afetado US\$
1	1947	Genebra – Suíça	23	10 bilhões
2	1949	Annecy – França	13	n.d.
3	1951	Torquay - Reino Unido	38	n.d.
4	1956	Genebra – Suíça	262	2,5 bilhões
5	1960-61	Rodada Dillon	26	4,9 bilhões
6	1964-67	Rodada Kennedy	62	40 bilhões
7	1973-79	Rodada Tóquio	102	155 bilhões
8	1986-94	Rodada Uruguai	123	3,7 trilhões

Fonte: Thorstensen (2001, p 31).

Basicamente as seis primeiras rodadas o objetivo maior era a diminuição dos direitos aduaneiros, onde as decisões tomadas pelos membros deveriam ser recíprocas para todos. Um pouco mais desenvolvidas, as duas últimas rodadas, mas ainda incluíam a prática das reduções tarifárias. Com isso automaticamente pode-se notar que essas rodadas tiveram sucesso, isso porque em 1947 as tarifas aplicadas foram em média 40%, enquanto na Rodada Uruguai em 1994 baixou para 5% (THORSTENSEN, 2003).

De acordo com Thorstesen (2001, p.32):

O sistema de regras construído no âmbito do GATT visa liberalizar as trocas entre as partes contratantes, através da prática de um comércio aberto a todos, bem como a partir de um conjunto de regras que estão fundamentadas em alguns princípios básicos: o primeiro é que o único instrumento de proteção permitido dentro das atividades de trocas comerciais é o definido em termos de tarifas aduaneiras [...]. Fica, assim, estabelecido que o uso de trocas, restrições quantitativas e outras barreiras devem ser eliminadas no comércio internacional. O segundo é que uma vez estabelecida uma nova tarifa ou concedido um benefício, estes passam a ser estendidos de forma não discriminatória. O terceiro garante que uma dentro da fronteira de uma parte contratante, produtos importados não podem ser discriminados com relação aos produtos nacionais.

O GATT nunca teve sucesso em sua criação. Desde que foi criado, foi apenas um sistema provisório com intuito de remover de barreiras comerciais, mas nunca obteve sucesso para que os signatários desviassem pelas barreiras políticas. Por outro lado a OMC, foi criado para ser um sistema efetivo com seus efeitos jurídicos próprios e com o mesmo modelo do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional FMI (REGÔ, 2015).

Com várias tentativas da criação da IOC que fracassaram, houve a necessidade da GATT se tornar um sistema definitivo, mas também acabou não funcionando. Com isso, o GATT continuou sendo um sistema provisório até que a

estrutura da Organização Mundial do Comércio (OMC) fosse criada (NASSER, 2003).

2.3 ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

De acordo com a OMC, ela pode ser definida como uma organização onde há abertura comercial para novas oportunidades de negociar acordos comerciais. Assim, tornando-se responsável pela regularização do comércio, onde os países membros se reúnem para determinar discordâncias sobre os acordos que estão em vigor, bem como as diferenças comerciais, analisar o acesso de novos membros e também apurar o destino do processo de Solução de Controvérsias (WTO, 2015).

Diante desses fatores, em 1995 por meio do Acordo de Marraqueche, que continuou os acordos e disciplinas do GATT. Para a formalização da organização, foi discutida durante a atuação do GATT em 1947 e todos os aumentos que foram realizados em todas as rodadas de negociação, principalmente a Rodada Uruguai (1986 a 1994). Como obteve diversos aumentos no corpo jurídico do Acordo, definiram logo depois a Rodada Uruguai, o “GATT 1994”. Assim, o termo inclui todos os assuntos tratados durante o Acordo Geral 1947, e todos os acréscimos que foram introduzidos até a formação da nova organização, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1995 (THORSTENSEN, 2001).

Criada em 1 de janeiro de 1995, a OMC inclui em seus dados três línguas oficializadas: inglês, francês e espanhol. Sua sede fica localizada na cidade de Genebra, na Suíça. Os países que fazem parte dessa organização se chamam membros, sendo assim composta por mais de 100 países. Dessa forma, qualquer país pode ter capacidade de entrar na organização, desde que negocie seus termos na acessão da OMC e assim podendo respeitar e aceitar as condições elaboradas pelo processo de acessão (COSTA, 2006).

Segundo WTO (2014), abaixo demonstra um pequeno raio x da organização:

Quadro 1 - OMC

Denominação: Organização Mundial do Comércio – OMC
Localização: Genebra, Suíça
Línguas Oficiais: Inglês, Francês e Espanhol
Criação: 1 de janeiro de 1995, resultado das negociações da Rodada Uruguai (1986-1994)
Membros: 161 Países Membros, desde abril de 2015
Orçamento: 630 milhões de francos suíços para o ano de 2005
Sede: Rue de Lausanne 154, Genève, 21 – Suíça
Site: http://www.wto.org
Diretor geral: Roberto Azevêdo, diretor desde 2013

Fonte: Adaptado de WTO (2015)

Pode ser definida também uma instituição criada a fim de atender as necessidades de regular o comércio internacional. É importante ressaltar que a OMC regula os acordos que estão em vigor, como também a política comercial dos países membros, negocia o acesso de novos integrantes (MAPA, 2015).

A OMC é caracterizada como uma organização com o intuito de controlar o comércio internacional, tornando-se assim responsável pelo controle dos acordos que foram negociados no sistema multilateral, bem como negociar novas regras para regularização do comércio internacional. Em relação ao seu modo de funcionamento, os representantes dos países membros devem assinar os acordos já definidos, e assim autorizados pelos seus determinados governos (INMETRO, 2015).

Nesse sentido, ressalta-se que os países em desenvolvimentos são na atualidade a grande maioria dos membros dessa organização, assim cada um tem seu dever de expor seus interesses, pois as decisões tomadas pela OMC são todas a partir de um consenso (MDIC, 2015).

Foram as novas características do mundo com economias globalizadas e países agrupados em acordos regionais que pressionaram por um quadro de regras, com novos direitos e obrigações, que permitissem o desenvolvimento do comércio internacional. A criação da OMC que substitui o órgão internacional GATT, foi definida na rodada Uruguai, que passaram a determinar as regras do comércio internacional (ALTEMANI; LESSA, 2006). ok

Para Keedi (2004, p. 60), “é preciso, também, não confundir o GATT com a OMC, visto que esta não é sucessora daquela, sendo a primeira apenas um acordo, enquanto a segunda é uma organização estabelecida”.ok

Existem diferenças importantes sobre o GATT e a OMC, uma delas é nas negociações internacionais. Durante a ocorrência da Rodada Uruguai, foi definido que todos os membros pertencentes a OMC deveriam estar em acordo em aceitar todos os acordos, ou seja, integralmente e sem exceção. Já no GATT, os membros tinham direito que escolher a opção conforme sua necessidade. Com isso, esse modo de determinação usado, foi considerado um fator relevante nas decisões adotadas pelos países, pois exigiu maior interesse dos pontos que foram (BORGES, 2013).

Segundo MAPA (2015), para aderir a OMC, os participantes deverão entrar em acordo, desde que os membros também aceitou as condições:

- a) O governo candidato à adesão descreve todos os aspectos das suas políticas econômica e comercial que podem ter ligação com os acordos da OMC. O documento é submetido a um grupo de trabalho criado para tratar da candidatura.
- b) Após análise do documento pelo grupo de trabalho, negociações paralelas bilaterais são iniciadas entre o candidato e os demais membros separadamente, para tratar de tarifas e compromissos relativos ao acesso àquele mercado e outras políticas para bens e serviços. Os compromissos assumidos pelos novos membros serão estendidos a todos aos membros da OMC.
- c) Examinando o regime comercial do candidato pelo grupo de trabalho e terminadas as negociações bilaterais, o grupo de trabalho finaliza o termo de adesão. O resultado é apresentado em relatório, uma minuta do protocolo de adesão e de listas de compromissos a serem cumpridos pelo candidato.
- d) O pacote de documentos é apresentado ao Conselho Geral da OMC ou à Conferência Ministerial. Se dois terços dos membros votarem a favor, o candidato fica livre para assinar o protocolo e aderir à organização. Em muitos casos, o parlamento do país candidato tem que ratificar o acordo antes que entre em vigor.

As decisões discutidas pela OMC são formadas pelos países membros que chegam a um consenso, se nenhum deles não concordarem, o objetivo não irá ser formalmente alcançado. Caso o objetivo não ser obtido, a única maneira de decisão, é ser resolvida em votação. Esse sistema é existente desde a época do GATT, ou seja, todos os membros estão cientes sobre a tomada de decisão da organização (COSTA, 2006).

Desse modo, segundo Costa (2006, p. 16), a OMC tem como principal função:

- a) Facilitar a implementação, administração e operação do Acordo Constitutivo da OMC e dos Acordos Multilaterais e Plilaterais
- b) Torna-se foro para negociações referentes a todos os assuntos de seus vários Anexos, como também o foro de negociações entre países Membros em outras áreas
- c) Administrar o Entendimento sobre a Solução de Controvérsias;
- d) Administrar o mecanismo de Exame de Políticas Comerciais
- e) Cooperar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial para assim alcançar a coerência na determinação das políticas econômicas globais.

Com isso, a OMC pode ser definida como uma organização onde há abertura comercial para novas oportunidades de negociar acordos comerciais. Dentre diversos temas tratados, pode ser citado um sistema onde discutem regras comerciais, disputas (WTO, 2015).

2.4 ATOS INTERNACIONAIS

Segundo o MRE (2015), definiu a Convenção de Viena do Direito dos Tratados, de 1969, “é um acordo internacional concluído por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação específica”.

São como contratos firmados entre pessoas jurídicas de direito internacional com intuito de corrigir determinadas situações e dirigir os interesses comuns ou contrários (MRE, 2015).

De acordo com Batalha (2007) os atos preferenciais são acordos que os países assinam para que, um grupo de países, conceda vantagens em comum acordo onde possibilitam a redução de tarifas em mercadorias.

Segundo o MRE (2015), o formato dos Atos Internacionais por serem os tratados, as convenções, os acordos e os ajustes complementares documentos formais, por escrito e com teor definido, eles obedecem, tradicionalmente, o seguinte padrão:

- a) Títulos: indica o tema a ser acordado
- b) Preâmbulo: indica as Partes Contratantes, ou seja, os Governos ou as Organizações Internacionais.
- c) Consideranda: indica a motivação que leva à celebração do ato internacional. Em se tratando de acordo complementar, o acordo básico deve ser aqui mencionado.
- d) Articulado: indica a parte principal, na qual se acham registradas, sob forma de artigos numerados as cláusulas operativas do instrumento firmado.

e) Fecho: especifica o local, a data da celebração do ato, o idioma em que se acha redigido e o número de exemplares originais. Tratando-se de idiomas menos usuais, a prática brasileira tem sido a de negociar um terceiro texto, em inglês, francês ou espanhol, para dirimir futuras dúvidas de interpretação.

f) Assinatura: pelo Presidente da República, pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores ou por outra autoridade, desde que munida de plenos poderes específicos.

g) Para evitar questões de precedência na assinatura dos atos internacionais bilaterais, adota-se o sistema de inversões ou alternâncias, que consiste em cada Parte ocupar o primeiro lugar no exemplar que ficará em seu poder. Os atos multilaterais seguem, habitualmente, a ordem alfabética dos nomes dos países, que se altera em função do idioma em que está redigido.

h) Selo de lacre com as armas das Partes Contratantes.

Segundo o MRE (2015), os tratados e as convenções multilaterais seguem os princípios estabelecidos pela organização internacional que os ratifica. Em geral, são semelhantes aos atos bilaterais e específicos quanto à entrada em vigência, o processo de ratificação ou adesão. Também estabelecem referências ao depositário e à possibilidade de se efetuarem reservas.

A criação das organizações internacionais é celebrada em tratados que podem receber diversas denominações. A mais famosa é a “Carta das Nações Unidas”, que fundou a ONU. Outros instrumentos utilizados são Constituição, Convenção, Ata, Acordo, Ato e Acordo de Criação. A denominação mais usual tem sido Convênio Constitutivo. Essas denominações devem passar pela aprovação do Congresso Nacional (MRE, 2015).

Segundo o MRE (2015), os acordos internacionais têm como objetivo criar organismos para melhorar as relações comerciais, sociais e políticas entre os países membros. Essas organizações estão presentes em todas as partes do mundo, atuando em forma de blocos econômicos, países que discutem a economia global, órgão que estabelece regras e acordos para o comércio internacional, grupo de nações que visa controlar a produção e venda de um determinado produto.

Ainda segundo MRE (2015) para o projeto dos atos a competência e iniciativa para discussão de acordos internacionais é privativa do Chefe do poder Executivo, ou seja, do Presidente da República.

A assinatura é válida após a conclusão das tratativas ente os países, seja entre as autoridades competentes, técnicos, presidentes, etc., chega-se a um termo final de acordo de tudo o que se discutiu e suas conformidades. Terminadas as negociações, elabora-se um documento finalizando os acordos ou contratos, que é

assinado pelas autoridades competentes envolvidas encerrando-se as negociações (MRE, 2015).

Fica a cargo do Ministro das Relações Exteriores explicar os motivos que foram assinados tais instrumentos e desta forma, solicita ao Presidente da República que através de uma mensagem, envie ao Congresso Nacional para sua aprovação (MRE, 2015).

De acordo o MRE (2015), a ratificação uma vez que uma vez publicado o Decreto Legislativo, encontra-se encerrada a etapa de apreciação de aprovação do Ato. Importante que neste momento da ratificação, já estará valendo no plano internacional já aderindo às obrigações perante seus contratantes (Países). De modo que, a eficácia do tratado internacional dependerá de suas próprias regras, já acordados conforme a contratação.

Para a promulgação a execução do ato internacional, dá-se após a ratificação onde a Presidência da República promulga um Decreto Presidencial, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União para dar a ciência e vigência no plano interno. Vale dizer que somente após a promulgação o ato internacional é que seu conteúdo passará a valer, embora no plano internacional, já esteja em vigor desde o momento da ratificação (MRE, 2015).

O registro nas nações unidas nos termos do artigo da Carta das Nações Unidas, os atos bilaterais celebrados no Brasil, depois que entram em vigor, são encaminhados para registro junto ao Secretariado da organização (Nações Unidas). Trata-se de uma medida para tornar público ao ato celebrado referente às negociações registradas entre os Países (MRE, 2015).

De acordo com Batalha (2007) os atos bilaterais são acordos feitos entre partes onde ambas têm poder de decisão, normalmente é uma via de mão dupla, as decisões são tomadas beneficiando ambas as partes. De maneira normal, esses acordos há reciprocidade de concessões.

Os atos regionais são relacionados para umentar as trocas comerciais e os investimentos entre os países em determinada região geográfica. Conforme os princípios gerais do sistema multilateral de comércio onde esses acordos possuem caráter discriminatório onde os mesmos são protegidos pelo Artigo XXIV do GATT (BATALHA, 2007).

Dessa forma, segundo o autor os acordos multilaterais são acordos firmados entre vários países (três ou mais) que estão vinculados numa organização

internacional, com objetivo comum. Este acordo tem regra principal a obrigatoriedade de adesão por todos os seus membros.

Já os acordos plulaterais são acordos firmados entre os países-membros da OMC, tendo como característica principal a adesão facultativa, isto é, são válidos somente entre os países que assinaram o acordo (BATALHA, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Segundo Cervo e Bervian (1996), procedimentos metodológicos são todas as atividades que determinam e analisam um tipo de método utilizado para construção de um trabalho, para que na finalização do sejam demonstradas as informações obtidas para obtenção do trabalho.

O método é o conjunto das atividades sistêmicas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista (MARCONI; LAKATOS, 2000, p. 46).

Diante disso, o capítulo tem como objetivo elaborar os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, ou seja, os tipos de pesquisas com relação aos meios de investigação e os meios de plano de coleta e análise de dados.

De acordo com Vianna (2001, p. 95) “o método significa, caminho para atingir os objetivos propostos em um determinado período, a partir dos recursos disponíveis”. Sendo assim, os procedimentos metodológicos podem ser definidos como um processo é possível alcançar os objetivos esperados.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Pesquisa é um processo que identifica as informações necessárias para obtenção do trabalho desejado. “Pesquisa é investigar, buscar, procurar constantemente” (FARASTÉ, 2007, p. 55).

Ainda segundo Fachin (2003) os pesquisadores procuram fazer suas pesquisas para fins intelectuais, onde adquirem conhecimento de uma realidade com intuito de promover uma nova verdade e assim o pesquisador obtém os resultados para o problema do estudo.

De acordo com Solomon (1997, p.109) “[...] o termo pesquisa será genericamente assumido como trabalho empreendido metodologicamente, quando surge um problema, para qual se procura a solução adequada a natureza científica”.

Para os fins de investigação foi utilizada a pesquisa descritiva, que segundo Kmeteuk (2005, p. 17) “a pesquisa observa, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

Ainda segundo o autor, a pesquisa descritiva busca identificar com que frequência o fenômeno ocorre, suas características, procura descobrir o que é possível, conexão e relação com os outros.

A pesquisa descritiva tem como objetivo delinear as características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo uma relação viável entre ambas. De todos os estudos para serem utilizados, a pesquisa descritiva pode ir além, determinando a natureza desta relação (Gil, 2002).

O presente estudo relacionou-se em uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo descrever todos os atos bilaterais relacionados com o agronegócio no Brasil, bem como analisar os acordos que ainda estão em vigência com relação ao agronegócio.

Quando aos meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base de estudos de problemas que já foram publicados. Este material oferece meios de conhecer e explorar situações culturais ou científicas já conhecidas para tal assunto, tema ou problema (CERVO; BERVIAN, 1996).

Diante disso, a pesquisa bibliográfica abrange fundamentar os fatos em pesquisas, obras literárias, por meios de comunicação, seja internet, gravações em fitas, filmes e televisão. Onde sua finalidade é colocar tudo em pauta o que for escrito, filmado ou dito para que de alguma forma sejam pesquisadas para desenvolvimento de um trabalho (MARCONI; LAKATOS, 2006). “A pesquisa bibliográfica deve atender aos objetivos do autor, uma vez que precisa ir ao encontro da solução para o problema levantado” (FURASTÉ, 2007, p. 33).

Pesquisas bibliográficas são materiais já elaborados que abrangem a bibliografia já publicada. Sua função é possibilitar rápida obtenção ao pesquisador dos assuntos já escritos (LAKATOS; MARCONI, 1995). “A pesquisa bibliográfica é a atividade de localizar e consultar fontes diversas de informações escritas, para coletar dados gerais ou específicos a respeito de determinado tema” (CARVALHO, 2001, p. 123.).

Desta forma, o estudo ajustou-se a esta pesquisa, pois foi necessário utilizar fontes diversas para obtenção de pesquisas os dados diretamente, pois se baseia em artigos já publicados através de diversos autores e fontes bibliográficas.

A pesquisa documental visa obtenção de resultados através de análise dos documentos, fontes de dados e informações. Esses documentos podem ser denominados escritos ou não. Alguns podem ser considerados arquivos primários, que se procede por análise, tais como: arquivos de órgãos públicos, partidos políticos e etc. Já outras são consideradas secundárias, que já foram analisadas, tais como: relatórios de empresas, pesquisas, tabelas estatísticas e etc (GIL, 2002).

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos se constituem fonte fidedel e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. (GIL, 2002, p. 42)

Diante disso, a pesquisa se relaciona à documental, pois o trabalho se baseia em documentos publicados através do site do Ministério das Relações Exteriores (MRE) para analisar os acordos que estão vigentes em relação ao agronegócio no Brasil.

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA OU POPULAÇÃO-ALVO

O estudo foi caracterizado pelo site do MRE que é o órgão responsável pela política externa brasileira e pelas internacionalizações do Brasil, nos planos bilaterais, regionais e multilaterais. Além disso, organiza visitas oficiais ao Brasil de Chefes de Estado e de Governo e demais autoridades estrangeiras e também organizar visitas do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e do Ministro das Relações Exteriores a outros países.

Foram obtidas as informações pela divisão de Atos Internacionais, onde possui os tratados, convenções, acordos, declarações, protocolos e emendas que impõem internacionalmente o Estado brasileiro. O mesmo mantém registros dos Atos internacionais, onde o Brasil participou de negociações ou interesses para a política externa brasileira.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Para presente pesquisa foram utilizados como meio de coletas de dados, informações disponibilizadas pelo site do MRE, para análise da pesquisadora, sendo assim dados secundários, que segundo Marconi; Lakatos (2006) os dados

secundários são informações que reescritas de fontes primárias, ou seja, informações que os autores da pesquisa não criaram.

Entre os instrumentos, a pesquisadora utilizou os dados documentais retirados do site oficial do Sistema Consular Integrado (SCI), relacionando todos os países que possuem acordos vigentes com o Brasil referente ao agronegócio, esclarecendo seus objetivos e identificando suas datas de celebração e entrada em vigor.

A análise de dados estimula os pesquisadores, pois nela se obtém diversas informações, com isso, os dados devem estar organizados de forma viável para que o pesquisador consiga obter as informações necessárias para elaborar e não perder dados importantes da pesquisa em si (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

3.4 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Dentre todos os elementos que compõem um procedimento de pesquisa estão os métodos de análise de dados que é “identificar técnicas, métodos e processamentos para analisar qualitativamente e quantitativamente os dados” (SAMPIERI, COLLADO E LUCIO, 2006, p. 414).

De acordo com as necessidades do plano de análise de dados para determinada pesquisa foi necessário utilizar a abordagem qualitativa, sem a utilização de procedimentos estatísticos, como médias ponderadas, dentre outros.

A pesquisa qualitativa por sua vez, tem como objetivo obter um enfoque mais profundo as informações dos dados, riqueza interpretativa e dispersão, onde particulariza experiência única, apresentando uma flexibilidade na análise de dados, disponibilizando um ponto de vista natural pesquisa (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006).

Ainda segundo Fachin (2003, p.81) “a variável qualitativa é caracterizada pelos seus atributos e relaciona aspectos não somente mensuráveis, mas também definidos descritivamente”.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Este capítulo tem por finalidade apresentar os resultados obtidos pela pesquisa documental realizada com base nos atos bilaterais publicados pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), com intuito de elaborar os acordos bilaterais referentes à agricultura, pecuária e produtos agrícolas.

4.1 ATOS BILATERAIS – CONTINENTE AFRICANO

O Brasil estabeleceu atos bilaterais com Egito, República Democrática do Congo, Ruanda, Marrocos, Guiné Bissau, Camarões, Angola, Congo, Zimbábue, Senegal, São Tomé e Príncipe, Gana, Burkina Faso, Cabo Verde, Moçambique, Benin, Argélia, Nigéria, Gabão, Costa do Marfim, tornando-se um aliado do continente africano e sempre presente em todos os acontecimentos internacionais desde sua independência, com intuito de firmar acordos de vários âmbitos, sendo eles: político econômico, social, cultural e educacional.

Quadro 2 - Atos Bilaterais – Continente Africano

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Angola	Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola.	23.06.2010	23.06.2010	Agricultura
Angola	Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos.	23.06.2010	23.06.2010	Agricultura
Angola	Cooperação Técnica na Área de Agricultura e Pecuária	03.11.2003	Não consta	Agricultura
Angola	Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola	03.11.2003	Não consta	Agricultura
Argélia	Cooperação Técnica na Área de Agricultura.	08.02.2006	08.02.2006	Agricultura
Benin	Cooperação Técnica na Área da Cotonicultura.	10.02.2006	10.02.2006	Agricultura
Burkina Faso	Cooperação Técnica na Área de Produção de Soja.	15.10.2007	Não consta	Agricultura
Burkina Faso	Cooperação Técnica na Área da Cotonicultura	15.10.2007	Não consta	Agricultura

Burkina Faso	Cooperação Técnica na Área de Produção de Cana-de-Açúcar	15.10.2007	Não consta	Agricultura
Burkina Faso	Cooperação Técnica na Área de Pecuária	15.10.2007	Não consta	Pecuária
Cabo Verde	Desenvolvimento da Horticultura em Cabo Verde	13.09.2007	13.09.2007	Agricultura
Cabo Verde	Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário	13.09.2007	13.09.2007	Agricultura
Cabo Verde	Desenvolvimento da Caprino-Ovinocultura em Cabo Verde	13.09.2007	13.09.2007	Pecuária
Camarões	Cooperação no Campo da Agricultura e Pecuária.	04.08.2010	04.08.2010	Agricultura
Camarões	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Tecnologia para o Desenvolvimento de uma Cacaucultura Sustentável na República do Cameroun	11.04.2005	11.04.2005	Agricultura
Congo	Fortalecimento da Produção de Cacau da República do Congo	11.06.2010	11.06.2010	Agricultura
Congo	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para o Cultivo da Palma Africana no Congo	16.10.2007	16.10.2007	Agricultura
Congo	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para Apoio à Produção da Cana de Açúcar no Congo	16.10.2007	16.10.2007	Agricultura
Congo	Cooperação Técnica nas Áreas da Agricultura, da Pecuária e da Pesca	15.03.2007	15.03.2007	Agricultura
Costa do Marfim	Protocolo de Entendimentos havidos por Ocasão da Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura da Costa do Marfim.	18.08.1979	18.08.1979	Agricultura
Egito	Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário.	08.05.2013	08.05.2013	Agricultura
Egito	Cooperação Técnica na Área de Agricultura.	08.05.2013	08.05.2013	Agricultura
Egito	Cooperação em Pesquisa Aplicada à Agricultura e Áreas Afins.	09.11.1991	09.11.1991	Agricultura
Egito	Matéria de Desenvolvimento Agrário.	24.09.1980	24.09.1980	Agricultura
Gabão	Cooperação Técnica no Domínio da Cultura da Mandioca.	28.07.2004	28.07.2004	Agricultura
Gana	Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana.	19.04.2008	19.04.2008	Agricultura
Gana	Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana.	19.04.2008	19.04.2008	Agricultura

Guiné Bissau	Implantação e Implementação de Unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau	20.07.2011	20.07.2011	Produtos Agrícolas
Guiné Bissau	Cooperação no Campo da Agricultura	25.08.2010	25.08.2010	Agricultura
Guiné Bissau	Transferência de Conhecimento e Capacitação Técnica para Segurança Alimentar e Desenvolvimento do Agronegócio na Guiné Bissau	14.11.2007	14.11.2007	Agricultura
Guiné Bissau	Fortalecimento do Centro de Promoção do Caju na Guiné-Bissau	14.11.2007	14.11.2007	Agricultura
Marrocos	Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.	30.04.2011	30.04.2011	Agricultura
Moçambique	Desenvolvimento da Horto-Fruticultura em Moçambique	06.07.2007	06.07.2007	Agricultura
Moçambique	Cooperação de 15 de novembro de 1981, na Área de Agricultura Irrigada.	27.05.1989	27.05.1989	Agricultura
Moçambique	Desenvolvimento e Fortalecimento do Setor de Pesquisa Agropecuária da República de Moçambique	05.11.2003	Não consta	Pecuária
Namíbia	Assistência à Produção de Frutas Subtropicais e Leguminosas na Namíbi	07.11.2003	Não consta	Agricultura
Nigéria	Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12.04.2005	12.04.2005	Agricultura
República Democrática do Congo	Capacitação em Agroecologia e Agricultura Familiar, para a Produção de Alimentos Básicos e Fundamentais, no viés da Segurança Alimentar e suas Correlações Econômicas e Socioambientais.	19.08.2011	19.08.2011	Agricultura
República Democrática do Congo	Apoio ao Cultivo do Café Kivu na República Democrática do Congo.	19.08.2011	19.08.2011	Agricultura
Ruanda	Cooperação SUL-SUL relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar.	24.06.2011	24.06.2011	Agricultura
São Tomé e Príncipe	Extensão Rural (PRONER) em São Tomé e Príncipe.	11.03.2009	11.03.2009	Agricultura
São Tomé e Príncipe	Construção Institucional e Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe- Fase II.	04.12.2008	04.12.2008	Agricultura
São Tomé e Príncipe	Desenvolvimento da Área Agrícola da Rep. Dem. de São Tomé e Príncipe	02.11.2003	Não consta	Agricultura

São Tomé e Príncipe	Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar em São Tomé e Príncipe"	02.11.2003	Não consta	Agricultura
São Tomé e Príncipe	Conversações entre o Ministério da Agricultura do Brasil e do Ministério da Agricultura da República Democrática de São Tomé e Príncipe.	07.05.1982	07.05.1982	Agricultura
Senegal	Apoio ao Desenvolvimento da Rizicultura no Senegal	25.05.2009	Não consta	Agricultura
Senegal	Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura no Senegal	16.05.2007	Não consta	Agricultura
Senegal	Combate ao Gafanhoto no Senegal	16.05.2007	Não consta	Agricultura
Senegal	Cooperação Técnica na área do controle Biológico de Gafanhotos	16.01.2005	16.01.2005	Agricultura
Senegal	Sistemas de Produção de Pecuária de Corte de Leite no Senegal	16.05.2007	Não consta	Pecuária
Senegal	Segurança Alimentar e Desenvolvimento Rural	09.06.2005	Não consta	Produtos Agrícolas
Zimbábue	Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural.	11.05.2010	11.05.2010	Agricultura

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 1 observa-se que o Brasil possui 52 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, caracterizados pela agricultura, produtos agrícolas e pecuária. Estes atos internacionais são compostos 21 países no continente Africano, com evidência para Senegal, composto por seis atos bilaterais.

Diante disso, os atos descritos acima estão relacionados com a cooperação técnica no campo, agricultura, agrícola, pecuária, científica e tecnológica, desenvolvimento agrário, dentre outros.

Foi possível analisar também que o ato internacional implementado com a Costa do Marfim em 1979 é o mais antigo, relacionado ao entendimento sobre agricultura. Já o mais recente foi desenvolvido com o Egito em 2013, com o intuito da cooperação técnica na área de agricultura e desenvolvimento agrário.

4.2 ATOS BILATERAIS - AMÉRICA DO NORTE

O Brasil possui atos bilaterais com países do da América do Norte, tais como: Canadá, México e Estados Unidos.

Quadro 3 - Atos Bilaterais - América do Norte

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Canadá	Cooperação Agrícola Adotado no Marco do Conselho Econômico e Comercial Bilateral	15.01.1998	15.01.1998	Agricultura
Canadá	Processamento de Alimentos da Região Nordeste do Brasil.	27.12.1990	27.12.1990	Agricultura
Canadá	Treinamento e Consultoria nas Áreas de Mobiliário e Madeira.	25.07.1988	25.07.1988	Agricultura
Canadá	Aperfeiçoamento de Especialistas Brasileiros na Produção de Batatas Sementes	05.11.1986	05.11.1986	Agricultura
Canadá	Sistema Computadorizado de Dados de Solos para o Estado de São Paulo	30.05.1985	30.05.1985	Agricultura
Canadá	Aperfeiçoamento de Cientistas e Técnicos Brasileiros nos Métodos e nas Técnicas de Pesquisas na Área de Plantio Direto, ao Acordo de Cooperação Técnica de 02 de abril de 1975	28.05.1985	28.05.1985	Agricultura
Canadá	Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Canadá e o Ministério da Agricultura do Brasil.	10.10.1977	09.01.1978	Agricultura
Canadá	Pesquisa e Treinamento na Área de Carnes Mecanicamente Desossadas	16.12.1986	16.12.1986	Pecuária
Canadá	Pesquisa Zootécnica Relacionada com o Gado de Leite	30.05.1985	30.05.1985	Pecuária
Canadá	Aperfeiçoamento de Inspetores Federais de Carne e de Classificadores de Carcaças no Brasil	23.05.1985	23.05.1985	Pecuária
Estados Unidos	Emenda ao Acordo sobre Produtos Agrícolas.	28.04.1971	28.04.1971	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Emenda ao Acordo sobre Produtos Agrícolas.	30.12.1970	30.12.1970	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo sobre Produtos Agrícolas.	21.10.1970	21.10.1970	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo Suplementar sobre Produtos Agrícolas.	28.08.1969	28.08.1969	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Programa de Agricultura e Recursos Naturais de 26 de junho de 1953.	25.08.1969	25.08.1969	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo Suplementar sobre Produtos Agrícolas.	14.05.1968	14.05.1968	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Emenda ao 5º Acordo de Produtos Agrícolas de 11 de setembro de 1963.	15.05.1964	15.05.1964	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Quinto Acordo sobre Produtos Agrícolas (Emenda).	11.09.1963	11.09.1963	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo sobre Produtos Agrícolas (Modificação ao 4º Acordo sobre Produtos Agrícolas, de 15 de março de 1962, Emendado em 04 de outubro de 1962).	22.08.1963	22.08.1963	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Emenda ao IV Acordo sobre Produtos Agrícolas.	04.10.1962	04.10.1962	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo sobre Produtos Agrícolas.	15.03.1962	15.03.1962	Produtos Agrícolas

Estados Unidos	Termo de Entendimento Relativo ao Acordo sobre Produtos Agrícolas, de 04 de maio de 1961.	04.05.1961	04.05.1961	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo sobre Produtos Agrícolas, nos Termos do Título I da Lei de Fomento do Comércio de Produtos Agrícolas e Assistência de 1954, e suas Emendas.	04.05.1961	04.05.1961	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Emenda ao Acordo sobre Produtos Agrícolas, de 31 de dezembro de 1956.	18.04.1961	18.04.1961	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	2º Acordo sobre Produtos Agrícolas, Memorandum de Entendimento e Notas Reversais.	31.12.1956	31.12.1956	Produtos Agrícolas
Estados Unidos	Acordo sobre Mamona.	25.07.1942	01.07.1942	Produtos Agrícolas
México	Acordo sobre Sanidade Animal.	17.01.1978	18.01.1978	Pecuária

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 2 é notável que o Brasil possui 28 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, sendo eles considerados pela agricultura, produtos agrícolas e pecuária. Estes atos internacionais são compostos três países da América do Norte. Observa-se que os Estados Unidos é o destaque, que são compostos por 16 atos bilaterais.

Os atos descritos acima estão relacionados com a cooperação técnica no campo, agricultura, agrícola, pecuária, científica e tecnológica, melhorias na produção de alimentos.

Analisou-se também que o ato internacional implementado pelo Canadá em 1998 é o mais recente, relacionado a cooperação agrícola. Já o mais antigo foi desenvolvido pelos Estados Unidos em 1942, o entendimento sobre o Acordo de Mamona.

4.3 ATOS BILATERAIS - AMÉRICA DO SUL

Os atos bilaterais em relação ao Brasil com os países pertencentes a América do Sul, tais como: Suriname, Colômbia, Venezuela, Peru, Guiana, Paraguai, Argentina, Bolívia, Equador, Chile e Uruguai. Cada país tem o dever de determinar o tipo de acordo que será feito e depois colocar em pauta para sua aplicação.

Quadro 4 - Atos Bilaterais – América do Sul

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Argentina	Transferência de Cultivos e Técnicas para o Melhoramento de Batatas.	21.02.2008	21.02.2008	Agricultura
Argentina	Construção de Cisternas Familiares e validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti	30.11.2006	30.11.2006	Agricultura
Argentina	Cooperação Científica e Tecnológica, sobre Cooperação no Campo da Pesquisa Agropecuária.	15.08.1980	15.08.1980	Agricultura
Argentina	Fortalecimento da Pecuária Leiteira Na Argélia	19.07.2010	19.07.2010	Pecuária
Argentina	Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	17.05.1980	17.05.1980	Pecuária
Argentina	Ajuste sobre Intercâmbio de Frutas, Complementar ao Convênio de Livre Intercâmbio de Frutas, de 23/06/50.	01.09.1958	01.09.1958	Produtos Agrícolas
Bolívia	Fortalecimento Técnico e Institucional do Serviço Nacional de Sanidade Agropecuária e Inocuidade Alimentar da Bolívia	17.12.2007	17.12.2007	Agricultura
Bolívia	Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina e Reforma Agrária	14.02.2007	14.02.2007	Agricultura
Bolívia	Criação de Instituição de Pesquisa Agropecuária na Bolívia	14.02.2007	14.02.2007	Agricultura
Bolívia	Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica no Campo Agropecuária e Agroindustrial, de 10/07/73.	08.02.1984	08.02.1984	Agricultura
Bolívia	Sanidade Animal em Áreas de Fronteira	17.08.1977	05.03.1979	Pecuária
Bolívia	Transferência de Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais em Chapare e em Yungas de la Paz - Bolívia.	18.11.2003	18.11.2003	Produtos Agrícolas
Bolívia	Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito (Bactris Gasipaes) em Chapare - Bolívia.	18.11.2003	18.11.2003	Produtos Agrícolas
Bolívia	Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região de Yungas.	18.11.2003	18.11.2003	Produtos Agrícolas
Bolívia	Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização de Área Livre da Praga.	15.11.2001	Não consta	Produtos Agrícolas
Bolívia	Transferência de Tecnologia no Cultivo do Palmito (Bactris gasipaes) na Região do Chapare.	15.11.2001	Não consta	Produtos Agrícolas
Bolívia	Transferência e Tecnologia no Cultivo e Processamento de Frutas Tropicais nas Regiões do Chapare e dos Yungas.	15.11.2001	Não consta	Produtos Agrícolas
Bolívia	Transferência de Tecnologia para Apoiar a Competitividade do Circuito Produtivo do Café na Região Yungas.	15.11.2001	Não consta	Produtos Agrícolas

Bolívia	Financiamento aos Produtores Bolivianos de Borracha, pelo Banco de Crédito da Amazônia	29.03.1958	29.03.1958	Produtos Agrícolas
Bolívia	Controle do Bicudo do Algodão e Caracterização de Área Livre da Praga.	18.11.2003	18.11.2003	Agricultura
Chile	Cooperação para a Execução de Estudos e Ações de Interesse Comum na Área da Agricultura.	25.03.1996	25.03.1996	Agricultura
Chile	Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, no Campo da Sanidade Agropecuária, de 19 de julho de 1974.	10.10.1980	10.10.1980	Pecuária
Chile	Acordo sobre Café.	24.04.1953	24.04.1953	Produtos Agrícolas
Chile	Acordo sobre Café.	30.04.1952	30.04.1952	Produtos Agrícolas
Colômbia	Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia.	01.09.2010	01.09.2010	Agricultura
Colômbia	Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape.	01.09.2010	01.09.2010	Agricultura
Colômbia	Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape.	01.09.2010	01.09.2010	Agricultura
Colômbia	Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Ovinos e Caprinos	21.08.2007	21.08.2007	Agricultura
Colômbia	Cooperação Técnica, sobre Cooperação Técnica no Campo da Engenharia Agrícola de Alimentos.	02.09.1981	02.09.1981	Agricultura
Colômbia	Cooperação Técnica, sobre Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica em Assuntos Agropecuários.	02.09.1981	02.09.1981	Agricultura
Colômbia	Sanidade Animal para o Intercâmbio de Animais e Produtos de Origem Animal.	09.02.1988	28.01.1997	Pecuária
Colômbia	Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira.	16.07.1985	18.05.1994	Pecuária
Colômbia	Criação de um Comitê Consultivo sobre Café.	03.09.1991	03.09.1991	Produtos Agrícolas
Equador	Capacitação Técnica em Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas	04.04.2007	04.04.2007	Agricultura
Guiana	Transferência de Técnicas para a Produção de Milho nas Savanas da Guiana.	07.10.2008	07.10.2008	Agricultura
Guiana	Transferência de Técnicas para a Produção de Arroz de Sequeiro nas Savanas da Guiana.	07.10.2008	07.10.2008	Agricultura
Guiana	Transferência de Técnicas para Contribuir no Desenvolvimento do Setor de Aqüicultura da Guiana.	07.10.2008	07.10.2008	Agricultura

Guiana	Cooperação nas Áreas da Agricultura e da Agroindústria.	05.10.1982	05.10.1982	Agricultura
Paraguai	Políticas de Acesso à Terra, Reforma Agrária e Fortalecimento Institucional do Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural e da Terra (INDERT).	09.04.2008	09.04.2008	Agricultura
Paraguai	Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar/Campesina	23.11.2006	Não consta	Agricultura
Paraguai	Capacitação Técnica de Pesquisadores nas Principais Cadeias Produtivas do Agronegócio do Paraguai.	23.11.2006	23.11.2006	Agricultura
Paraguai	Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário	29.03.2004	29.03.2004	Agricultura
Paraguai	Capacitação de Técnicos e Agricultores Familiares para o Desenvolvimento da Produção Leiteira no Paraguai	21.05.2007	Não consta	Pecuária
Paraguai	Convênio de Cooperação Brasileiro-Paraguaiense no Combate à Febre Aftosa	16.05.1969	Não consta	Pecuária
Peru	Campo Sanitário e Fitossanitário	16.06.2010	16.06.2010	Agricultura
Peru	Cooperação no Consórcio Internacional para o Seqüenciamento do Genoma da Batata	09.11.2006	05.04.2011	Agricultura
Peru	Programa de Desenvolvimento Rural e Apoio ao Plano Meriss	31.05.2006	16.01.2007	Agricultura
Peru	Transferência de Métodos e Instrumentos de Gestão de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Agrário	17.02.2006	17.01.2007	Agricultura
Peru	Cooperação Científica na Área de Agricultura.	21.07.1999	21.07.1999	Agricultura
Suriname	Programas de Treinamento para Técnicos e Produtores em Técnicas da Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Caju no Suriname	31.05.2006	16.01.2007	Agricultura
Suriname	Programa de Cooperação na Área de Pesquisa sobre Agentes Patógenos do Dendê.	03.03.1989	07.05.1990	Agricultura
Suriname	Zoneamento Agroecológico no Suriname.	05.05.2012	05.05.2012	Agricultura
Suriname	Programa de Treinamento em Produção e Industrialização de Alimentos Vegetais.	16.12.2010	16.12.2010	Agricultura
Suriname	Cooperação em Pesquisa Agrícola	16.02.2005	11.04.2005	Agricultura
Suriname	Cooperação Técnica em Agricultura, Pecuária e Pesca	05.05.2012	05.05.2012	Pecuária
Uruguai	Cooperação Técnica em Melhoramento Genérico de Hortaliças	22.11.2006	22.11.2006	Agricultura
Uruguai	Cooperação no Campo da Pesquisa Agropecuária	13.08.1986	13.08.1986	Agricultura
Uruguai	Efeito de Diferentes Diretas e Raças para o Crescimento Animal, o Rendimento de Carcaça e Qualidade da Carne	22.11.2006	22.11.2006	Pecuária

Uruguai	Convênio Zoossanitário para o Intercâmbio de Animais e de Produtos de Origem Animal.	14.08.1985	22.07.1997	Pecuária
Uruguai	Ajuste Relativo a Sanidade Animal, Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, de 12 de junho de 1975.	27.01.1978	27.01.1978	Pecuária
Uruguai	Convênio sobre o Combate à Febre Aftosa.	07.06.1966	07.06.1966	Pecuária
Venezuela	Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico	06.08.2010	25.11.2010	Agricultura
Venezuela	Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas.	06.08.2010	25.11.2010	Agricultura
Venezuela	Distrito Polo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela.	06.08.2010	25.11.2010	Agricultura
Venezuela	Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar.	25.05.2009	Não consta	Agricultura
Venezuela	Áreas Agrícolas e Industrial.	16.01.2009	06.04.2009	Agricultura
Venezuela	Implementação de um Programa de Produção de Soja.	30.09.2008	30.09.2009	Agricultura
Venezuela	Implementação de um Programa de Agricultura Familiar.	30.09.2008	30.01.2009	Agricultura
Venezuela	Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos.	26.03.2008	26.03.2008	Agricultura
Venezuela	Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala	13.12.2007	13.12.2007	Agricultura
Venezuela	Produção de Mudas e Beneficiamento Ecológico do Café	13.12.2007	13.12.2007	Agricultura
Venezuela	Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas	13.12.2007	13.12.2007	Agricultura
Venezuela	Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	14.02.2005	14.02.2005	Agricultura
Venezuela	Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Agrário.	13.08.2001	13.08.2001	Agricultura
Venezuela	Acordo sobre Sanidade Animal em Áreas de Fronteira dos dois Países.	07.11.1979	25.09.1981	Pecuária

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 3 é notável que o Brasil possui 75 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, por meio da agricultura, produtos agrícolas e pecuária. Estes atos internacionais envolvem 11 países da América do Sul, com destaque para a Bolívia e Venezuela, que possuem 14 atos bilaterais.

Em suma, estes atos estão relacionados com a cooperação técnica no campo, agricultura, agrícola, científica e tecnológica, implementações de programas, acordos sanidade, dentre outros.

Observou-se também que o ato internacional implementado com o mercado Chileno em 1952 é o mais antigo, relacionado ao acordo sobre café. Em contra partida, o mais recente foi desenvolvido pelo Suriname sobre cooperação técnica em agricultura, pecuária e pesca.

4.4 ATOS BILATERAIS - AMÉRICA CENTRAL

Com finalidade de apresentar os países que fazem parte da América Central que possuem algum tipo de acordo bilateral com o Brasil, sendo eles: El Salvador, Belize, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Jamaica, Honduras, República Dominicana, Costa Rica e Panamá.

Quadro 5 - Atos Bilaterais – América Central

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Belize	Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Soja em Belize.	19.01.2010	19.01.2010	Agricultura
Belize	Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Milho em Belize.	19.01.2010	19.01.2010	Agricultura
Belize	Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize.	19.01.2010	19.01.2010	Agricultura
Belize	Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Arroz de Terras Altas em Belize.	19.01.2010	19.01.2010	Agricultura
Costa Rica	Aprimoramento de Técnicas de Produção de Hortaliças sob Ambientes Protegidos na Costa Rica	30.01.2006	Não consta	Agricultura
El Salvador	Capacitação de Técnicos e Gestores Públicos em Desenvolvimento de Instrumentos de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.	02.07.2010	02.07.2010	Agricultura
El Salvador	Reforço no Processo Produtivo de Cana-de-Açúcar.	02.07.2010	02.07.2010	Agricultura
El Salvador	Reforço à Diversificação Agroprodutiva de El Salvador.	02.07.2010	02.07.2010	Agricultura
El Salvador	Fortalecimento do Processo Agrícola e Industrial para Produção de Biodiesel a partir da Mamona	05.12.2007	05.12.2007	Agricultura
El Salvador	Manejo Agronômico, Processamento da Castanha e Pedúnculo do Caju	09.06.2006	09.06.2006	Agricultura
El Salvador	Manejo Agronômico e Processamento do Coco Anão, Alto e Híbrido	09.06.2006	09.06.2006	Agricultura
El Salvador	Desenvolvimento do Processo Agro-Produtivo da Mamona	09.06.2006	09.06.2006	Agricultura
El Salvador	Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento da Agricultura Familiar	19.07.2010	19.07.2010	Pecuária

El Salvador	Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento da Agricultura Familiar	26.02.2010	26.02.2010	Pecuária
Guatemala	Capacitação em Sistemas de Produção de Frutas Temperadas para Guatemala.	30.01.2009	16.11.2009	Agricultura
Guatemala	Transferência de Técnicas em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala	12.09.2005	Não consta	Agricultura
Haiti	Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura.	08.12.2008	08.12.2008	Agricultura
Haiti	Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura.	28.05.2008	28.05.2008	Agricultura
Haiti	Promoção da Sustentabilidade da Produção de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti.	28.05.2008	28.05.2008	Agricultura
Haiti	Construção de Cisternas Familiares e validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti	30.11.2006	Não consta	Agricultura
Honduras	Capacitação em Manejo da Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga	09.02.2006	09.02.2006	Agricultura
Honduras	Capacitação Técnica em Sistemas de Produção Pecuária e Organização de Cadeias Agroalimentares dos Setores de Carne, Leite, Suinocultura e Avicultura	07.08.2007	Não consta	Pecuária
Jamaica	Programa de Treinamento Técnico em Produção e Processamento para Diversificar e Aumentar a Fruticultura na Jamaica	15.02.2007	15.02.2007	Agricultura
Jamaica	Formação de Recursos Humanos e Transferência de Técnicas para apoio ao Programa Jamaicano de Modernização do Setor Sucroalcooleiro	15.02.2007	15.02.2007	Agricultura
Jamaica	Agricultura Tropical	16.05.2005	Não consta	Agricultura
Nicarágua	Desenvolvimento Agrário	08.08.2007	08.08.2007	Agricultura
Nicarágua	Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão.	02.02.2006	02.02.2006	Agricultura
Nicarágua	Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica em Assuntos Agropecuário, Relativo ao Acordo de Cooperação Técnica	23.03.1992	21.04.1992	Agricultura
Panamá	Assistência Técnica na Área de Genética Bovina	10.08.2007	Não consta	Pecuária
República Dominicana	Rastreabilidade Genética e Produção de Carne e Leite Bovinos	05.02.2010	05.02.2010	Pecuária
República Dominicana	Cooperação Técnica na Área de Produção de Frutas Tropicais com Ênfase em Manga e Mamão.	06.02.2006	06.02.2006	Agricultura

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 4 é possível analisar que o Brasil possui 31 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, por meio da agricultura e pecuária. Não foi encontrado nenhum ato internacional relacionado com produtos agrícolas. Estes atos internacionais envolvem 10 países no continente asiático, com destaque para El Salvador, possuindo sete atos bilaterais.

Em nota, estes atos estão relacionados com a cooperação técnica no campo, agrícola, científica e tecnológica, desenvolvimento da agricultura familiar, variedades para produção de alimentos, entre outros.

Observou-se também que o ato internacional implementado com a Nicarágua em 1992 é o mais antigo, relacionado a cooperação técnica, científica e tecnológica em assuntos agropecuários. Diante disso, o mais recente foi desenvolvido pelo El Salvador em 2010, pela República Dominicana e Belize, todos com a abordagem sobre agricultura e fortalecimento da extensão rural.

4.5 ATOS BILATERAIS - AMÉRICA ÁSIA

Os atos destacados caracterizam-se sobre todos os países que fazem parte da América da Ásia que possuem algum tipo de ligação relacionado aos acordos bilaterais com o Brasil referentes ao agronegócio, são eles: Afeganistão, Cazaquistão, China, Coréia do Sul, Irã, Israel, Japão, Jordânia, Síria e Turquia.

Quadro 6 - Atos Bilaterais – América Ásia

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTADA	ASSUNTO
Afeganistão	Abordagem Corporativa para o Zoneamento Agroecológico do Afeganistão.	03.08.2012	03.08.2012	Agricultura
Afeganistão	Fortalecimento da Extensão Rural no Afeganistão.	03.08.2012	03.08.2012	Agricultura
Cazaquistão	Cooperação Técnica em Agricultura e Pecuária.	27.09.2007	27.09.2007	Agricultura
China	Acordo de Quarentena Vegetal	13.12.1995	03.07.1997	Agricultura
China	Cooperação Científica e Tecnológica de 25 de março de 1982.	04.04.1994	04.04.1994	Agricultura
China	Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves a Ser Exportada do Brasil para a China	12.11.2004	12.11.2004	Pecuária
China	Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne de Aves Processada Termicamente a Ser Exportada da China para o Brasil	12.11.2004	12.11.2004	Pecuária
Coréia do Sul	Doação ao INCRA das Propriedades Rurais Poções e Santa Cruz	10.01.1984	10.01.1984	Agricultura

Índia	Cooperação em Agricultura e Atividades Afins.	16.04.2008	16.04.2008	Agricultura
Indonésia	Cooperação no Campo da Agricultura.	18.11.2008	18.11.2008	Agricultura
Irã	Cooperação Agrícola	17.05.2010	17.05.2010	Agricultura
Irã	Entendimento entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Ministério da Agricultura do Irã.	19.02.1992	19.02.1992	Agricultura
Israel	Cooperação no Campo da Agropecuária	04.12.2007	27.01.2010	Agricultura
Japão	Exportação de Carnes Brasileiras para o Japão. Tratamento Zoo-Sanitário.	17.06.1972	25.07.1972	Pecuária
Jordânia	Cooperação Técnica em Agricultura.	23.10.2008	05.03.2009	Agricultura
Síria	Cooperação Técnica na Área de Agricultura	30.06.2010	30.06.2010	Agricultura
Turquia	Cooperação Agrícola	27.05.2010	27.05.2010	Agricultura

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 5 observa-se que o Brasil possui 17 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, por meio da agricultura e pecuária. Não foi encontrado nenhum ato internacional relacionado com produtos agrícolas. Estes atos internacionais envolvem 12 países no continente asiático, com destaque para a China, possuindo quatro atos bilaterais.

Em suma, estes atos estão relacionados com a cooperação técnica no campo, agricultura, agrícola, científica e tecnológica, acordos de quarentena vegetal, dentre outros.

Observou-se também que o ato internacional implementado com o mercado japonês em 1972 é o mais antigo, se relacionando a exportação de carnes brasileiras (tratamento zoo-sanitário). Em contra partida, o mais recente foi desenvolvido com o Afeganistão, com a abordagem corporativa para o zoneamento agroecológico e fortalecimento da extensão rural.

4.6 ATOS BILATERAIS – EUROPA

Os atos destacados caracterizam-se sobre todos os países que fazem parte da Europa que possuem algum tipo de ligação relacionado aos acordos

bilaterais com o Brasil referentes ao agronegócio, são eles: Alemanha, Espanha, Itália, França, Iugoslávia, Países Baixos, Reino Unido, Romênia e Suíça.

Quadro 7 - Acordos Bilaterais - Europa

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Alemanha	Ajuste Complementar, p.t.n., sobre o Projeto	31.05.2002	Não consta	Agricultura
Alemanha	Agricultura Familiar e à Pesca Artesanal no Estado de Pernambuco	20.04.2000	Não consta	Agricultura
Alemanha	Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Espírito Santo	02.02.2000	Não consta	Agricultura
Alemanha	Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais no Estado do Rio Grande do Sul	31.01.2000	Não consta	Agricultura
Alemanha	Apoio à Agricultura Familiar e Pesca Artesanal no Estado do Ceará	22.10.1999	Não consta	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar, por troca de Notas, sobre o Projeto	26.09.1997	26.09.1997	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar, por troca de Notas, fase de Pós-Assessoramento, sobre o Projeto	26.09.1997	26.09.1997	Agricultura
Alemanha	Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Pernambuco	28.04.1997	28.04.1997	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar, por Troca de Notas, sobre o Projeto	27.03.1997	25.04.1997	Agricultura
Alemanha	Apoio aos Pequenos Produtores Rurais no Estado do Pará.	27.03.1997	26.04.1997	Agricultura
Alemanha	Projeto Controle de Defensivos Agrícolas.	26.07.1996	26.04.1997	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto	21.02.1995	21.02.1995	Agricultura
Alemanha	Projeto Apoio ao Pequeno Produtor Rural no Estado da Bahia.	12.09.1994	11.10.1994	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto	24.08.1994	24.08.1994	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto	24.08.1994	24.08.1994	Agricultura
Alemanha	Formação Aperfeiçoamento e Tecnologia da Madeira e do Mobiliário, em São José dos Pinhais, no Estado do Paraná.	10.09.1992	10.09.1992	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto PRORENDA:	11.08.1992	10.09.1992	Agricultura
Alemanha	Acordo de 30/11/63, sobre o Prosseguimento do Projeto	07.07.1991	07.07.1991	Agricultura
Alemanha	Acordo de 30/11/63, sobre a Ampliação do Projeto	01.07.1991	01.07.1991	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto	27.12.1990	27.12.1990	Agricultura
Alemanha	Ajuste Complementar sobre o Projeto	27.12.1990	27.12.1990	Agricultura

Alemanha	Implantação do Cadastro Territorial Rural no Paraná	19.07.1990	19.08.1990	Agricultura
Alemanha	Adoção de Nova Tecnologia na Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina	21.05.1990	21.05.1990	Agricultura
Alemanha	Apoio à Pequena Produção Rural na Zona da Mata de Pernambuco. PRORENDA - Tipologia 1	01.02.1990	01.02.1990	Agricultura
Alemanha	Viabilização de Espaços Econômicos para Pequenos Produtores Rurais - PRORENDA Tipologia 1	01.02.1990	01.02.1990	Agricultura
Alemanha	Emancipação dos Perímetros Irrigados do DNOCS	23.07.1987	23.08.1987	Agricultura
Alemanha	Implementação do Cadastro Territorial Rural no Paraná	23.07.1987	23.08.1987	Agricultura
Alemanha	Tecnologias de Óleos Comestíveis na Universidade de Campinas – UNICAMP	17.09.1986	17.09.1986	Agricultura
Alemanha	Assistência Técnica aos Pequenos Produtores Rurais no Estado de Santa Catarina, de 30/11/63.	02.06.1986	02.06.1986	Agricultura
Alemanha	Aproveitamento Integral do Babaçu a Nível do Produtor Rural – INEP	14.05.1986	14.05.1986	Agricultura
Alemanha	Agrometeorologia Aplicada no Nordeste Brasileiro	10.01.1986	10.01.1986	Agricultura
Alemanha	Formação de Técnicos Florestais a Nível de 2º Grau no Colégio Presidente Costa e Silva de Irati/PR	27.12.1985	27.12.1985	Agricultura
Alemanha	Desenvolvimento Cooperativista nos Perímetros Irrigados do DNOCS	29.11.1985	22.11.1985	Agricultura
Alemanha	Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina - Fase II.	22.11.1985	22.11.1985	Agricultura
Alemanha	Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina - Fase II.	22.11.1985	22.11.1985	Agricultura
Alemanha	Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina - Fase II.	22.11.1985	22.11.1985	Agricultura
Alemanha	Implantação do Centro Nacional de Engenharia Agrícola (CENEA)	24.04.1985	24.04.1985	Agricultura
Alemanha	Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (PROVÁRZEAS)	19.10.1984	19.10.1984	Agricultura
Alemanha	Meios Audiovisuais para a Extensão Rural (EMBRATER)	08.05.1984	08.05.1984	Agricultura
Alemanha	Desenvolvimento de Processo Bioquímico contra a Ferrugem no Cafeeiro	05.05.1981	05.05.1981	Agricultura
Alemanha	Tecnologia de Óleos Comestíveis na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	02.04.1981	02.04.1981	Agricultura

Alemanha	Adoção de Nova Tecnologia em Produção de Frutas de Clima Temperado no Estado de Santa Catarina	02.04.1981	02.04.1981	Agricultura
Alemanha	Desenvolvimento da Agricultura de Encostas no Estado do Rio de Janeiro	02.09.1980	02.09.1980	Agricultura
Alemanha	Ajuste sobre o Projeto	26.11.1979	26.11.1979	Agricultura
Alemanha	Desenvolvimento da Cooperativa Agropecuária de Petrópolis-RS	07.12.1977	07.12.1977	Agricultura
Alemanha	Cooperação Técnica sobre a Cooperativa Agro-Pecuária Petrópolis, em Nova Petrópolis, RS.	21.01.1976	21.01.1976	Agricultura
Alemanha	Acordo sobre Cooperação no Setor Agrícola	21.01.1975	21.01.1975	Agricultura
Alemanha	Cooperação Técnica para Fornecimento de Fertilizantes à Cooperativa Central Agrária Limitada	28.05.1974	28.05.1974	Agricultura
Alemanha	Cooperação Técnica, Relativo ao Fornecimento de Batata Semente e Materiais	14.12.1966	14.12.1966	Agricultura
Alemanha	Cooperação Técnica para a Promoção da Colonização Agrícola	10.08.1964	10.08.1964	Agricultura
Alemanha	Promoção da Economia de Pastos no Estado de Santa Catarina	20.06.1979	20.06.1979	Pecuária
Alemanha	Ampliação das Faculdades de Medicina Veterinária de Universidades Brasileiras	12.01.1979	12.01.1979	Pecuária
Alemanha	Ajuste Referente à Promoção da Economia de Pastos em Santa Catarina. Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 30/11/63.	25.07.1975	25.07.1975	Pecuária
Alemanha	Desenvolvimento da Pesquisa Bioquímica sobre Ferrugem do Cafeeiro	05.02.1986	05.02.1986	Produtos Agrícolas
Espanha	Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal e Outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo.	24.01.2005	24.01.2005	Agricultura
Espanha	Desenvolvimento Rural Integrado e Auto-sustentado da Região Semi-árida brasileira.	19.02.2002	Não consta	Agricultura
Espanha	Convênio de Defesa Fitossanitária.	12.04.1984	14.12.1990	Agricultura
Espanha	Cooperação Científica e Técnica no Campo da Pesquisa Agropecuária.	12.04.1984	02.01.1986	Agricultura
Espanha	Cooperação nos Setores Agrícolas, Pecuário, Florestal, Pesqueiro e Agroalimentar.	18.01.1983	18.01.1983	Agricultura
Espanha	Importação e a Exportação de Animais e de Produtos de Origem Animal.	12.04.1984	26.02.1986	Pecuária
Espanha	Acordo sobre Higiene e Sanidade	23.09.1971	23.09.1971	Pecuária

	Veterinárias			
França	Tecnologias em Espécies Vegetais Produtoras de Látex.	23.06.1983	23.06.1983	Agricultura
Itália	Comércio Recíproco de Carnes de Aves e de Coelhos.	24.04.1981	24.04.1981	Pecuária
Itália	Acordo Sanitário para a Importação de Carnes pela Itália.	30.10.1972	14.11.1972	Pecuária
Itália	Ajuste sobre as Condições Sanitárias para o Intercâmbio de Gado	02.09.1966	02.09.1966	Pecuária
Iugoslávia	Fomento da Produção de Milho.	04.09.1972	04.09.1972	Produtos Agrícolas
Países Baixos	Assuntos de Agricultura.	06.07.1976	06.07.1976	Agricultura
Reino Unido	Exportação de Carne Relativo a Medidas Preventivas contra a Febre Aftosa e outras Doenças Infecciosas.	12.12.1968	12.12.1968	Pecuária
Romênia	Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal	27.07.2000	Não consta	Agricultura
Romênia	Protocolo Sanitário-Veterinário	11.03.1974	11.03.1974	Pecuária
Suíça	Recursos Originados do Acordo Internacional sobre Cereais, de 1967	01.12.1972	01.12.1972	Agricultura

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 6 nota-se que o Brasil possui 71 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, por meio da agricultura, produtos agrícolas e pecuária. Estes atos internacionais envolvem nove países na Europa, com destaque para a Alemanha, possuindo 54 atos bilaterais.

Dessa forma, os atos estão relacionados com a cooperação técnica no campo, assuntos sobre agricultura, exportação de carnes, produção de alimentos, dentre outros. Observou-se também que o ato internacional implementado com a Espanha em 1971 é o mais antigo, se relacionando ao acordo sobre higiene e sanidade veterinárias. Analisando, em 2002 o mais recente foi desenvolvido pela Alemanha, com os ajustes complementados sobre os projetos.

4.6 ATOS BILATERAIS – NAÇÕES UNIDAS

Os atos destacados caracterizam-se sobre todos os países que fazem parte da Organização das Nações Unidas que possuem algum tipo de ligação relacionado aos acordos bilaterais com o Brasil referentes ao agronegócio.

Quadro 8 - Acordos Bilaterais – Nações Unidas

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Apoio ao Aprimoramento e à Consolidação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	10.12.2013	10.12.2013	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Programa de Cooperação Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.	04.09.2013	04.09.2013	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO	Cooperação Técnica Triangular nos Campos de Segurança Alimentar e Nutricional e de Redução de Probreza, em Benefício de Países Desenvolvidos.	28.03.2012	28.03.2012	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Promoção da Agricultura Familiar, da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural Sustentável Rural Sustentável na América Latina e Caribe.	18.04.2008	18.04.2008	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Fortalecimento do Sistema de Defesa Agropecuária da Região Norte do Brasil	29.12.2006	Não consta	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO	Desenvolvimento Rural e Promoção de Atividades Produtivas nos Estados do Ceará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe - BRA-2794.	26.11.1987	26.11.1987	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO	Acordo Básico Referente a Ajuda do Programa Mundial de Alimentos.	02.02.1987	08.06.1990	Agricultura
Org. das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO	Desenvolvimento Rural e Comunitário do Vale do Jequitinhonha.	13.01.1987	13.01.1987	Agricultura

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 8 nota-se que o Brasil possui oito atos bilaterais relacionados com agronegócio, apenas em relação a agricultura. Estes atos internacionais envolvem todos relacionados com as Nações Unidas;

Dessa forma, os atos estão relacionados com segurança alimentar, assuntos sobre agricultura, desenvolvimento rural, produção de alimentos, dentre outros. Observou-se também que o ato internacional implementado mais antigo teve início em 1987 relacionando ao desenvolvimento rural. Analisando, em 2013 o mais recente foi acordado os ajustes para aprimoramento a segurança alimentar e nutricional.

4.7 ATOS BILATERAIS – DIVERSOS

Os atos destacados caracterizam-se sobre todos os países que não foi possível identificar qual o continente pertencente, mas que possuem algum tipo de ligação relacionado aos acordos bilaterais com o Brasil referentes ao agronegócio.

Quadro 9 - Acordos Bilaterais - Diversos

PAÍS	ACORDO	CELEBRAÇÃO	ENTRADA	ASSUNTO
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Apoio a implementação de estratégias e ações de prevenção, controle e combate a desertificação.	26.12.2013	26.12.2013	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Fortalecimento do Sistema brasileiro de defesa agropecuária	26.12.2013	26.12.2013	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Gestão de Recursos Hídricos no Programa de Desenvolvimento do Setor de Água – INTERÁGUAS.	06.12.2012	06.12.2012	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Desenvolvimento integrado do Maranhão – PRODIM	01.04.2008	Não consta	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil sob Cenários Sustentáveis.	12.03.2008	12.03.2008	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	14.02.2008	14.02.2008	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	14.12.2007	14.12.2007	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura - IICA	Programa de Inovação Tecnológica e Novas Formas de Gestão na Pesquisa Agropecuária – Agrofuturo.	02.03.2006	Não consta	Agricultura
Inst. Interam. Coop. p/ Agricultura – IICA	Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Agricultura, Pecuária e Abastecimento	26.10.2005	26.10.2005	Agricultura

Fundo Intern.l para o Desenvolvimento Agrícola - FIDA	Cooperação Técnica entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e o Centro Internacional da Batata	07.05.1982	07.05.1982	Produtos Agrícolas
--	--	------------	------------	-----------------------

Fonte: Elaborado a partir de dados do MRE (2015).

De acordo com o Quadro 9 observa-se que o Brasil possui 10 atos bilaterais relacionados com o agronegócio, por meio da agricultura e produtos agrícolas. Não foi encontrado nenhum ato internacional relacionado com a pecuária. Estes atos internacionais envolvem países que não foi possível encontrar o continente pertencente.

Em suma, estes atos estão relacionados com a cooperação técnica em pesquisas agropecuárias, desenvolvimento sustentável, programas de inovação, aperfeiçoamentos de processos de agricultura, dentre outros.

Observou-se também que o ato internacional mais antigo relacionado foi em 1982, sobre a cooperação para pesquisa agropecuária. Em contra partida, o mais recente foi 2013 sobre o fortalecimento de defesa agropecuária e estratégias para controle e combate da desertificação.

5 CONCLUSÃO

Os atos internacionais são um dos mais importantes instrumentos da política externa. O agronegócio brasileiro está cada vez mais competitivo. Tornou-se um dos maiores indicadores da economia brasileira. Esse crescimento do mercado aumentou o interesse para abertura comercial entre vários países, reduzindo as tarifas de importação. A criação foi adotada por diversas potências mundiais, assim com a finalidade de tornar o acesso aos mercados com mais facilidade.

Deste modo, o trabalho foi possível identificar que a uma grande importância na criação dos atos internacionais, a criação de um comércio entre países. É possível notar que o comércio internacional precisa utilizar novas estratégias para facilitar a integração entre os países. De acordo com as pesquisas bibliográficas realizadas, foi possível identificar também a importância de cada tema abordado.

Analisando o primeiro objetivo específico do estudo, que foi destacar os atos bilaterais do Brasil com o Continente Africano. Foi possível verificar que entre ambos, possuem 52 atos relacionados ao agronegócio, todos em vigência. Sendo que o mais evidente é para Senegal, com o total de seis atos.

Outro fator relevante foi que o ato mais antigo é foi implementado com a Costa do Marfim em 1979, com relação a agricultura. Assim como, foi identificado que o mais recente está relacionado com o Egito em 2003, com assuntos sobre agricultura e desenvolvimento agrário.

Com relação ao segundo objetivo específico, que foi apresentar os atos bilaterais do Brasil com as Américas, foi possível identificar que o existem 135 atos em vigência. Foi analisado também que a maior parte dos acordos são relacionados a agricultura e pecuária. Foi possível identificar, que os Estados Unidos Foi o país em destaque, com o total de 16 atos internacionais com o Brasil relacionado ao agronegócio.

O terceiro objetivo específico foi identificar os atos internacionais do Continente Asiático com o Brasil em relação ao agronegócio. Foi possível identificar que entre o Brasil e o continente Africano envolvem 17 atos relacionados a agricultura e pecuária. Estes atos internacionais incluem 12 países no continente asiático, com destaque para a China, possuindo quatro atos bilaterais. Foi observado também que o mercado japonês entrou em vigência em 1972, sendo o

mais antigo e o mais recente foi desenvolvido pelo Afeganistão onde entrou em vigência em 2012.

O quarto objetivo específico foi identificar os atos internacionais do Brasil com a Europa. Foi analisado que ambos possuem 71 atos em vigência, envolvendo nove países da Europa, com destaque para a Alemanha, onde identificou que possui 54 atos bilaterais em relação ao agronegócio com o Brasil.

O quinto objetivo foi possível analisar os atos internacionais do Brasil com as Nações Unidas. Foi possível identificar que possuem oito atos bilaterais entre si, relacionados com agronegócio, apenas em relação à agricultura.

O sexto e último objetivo específico, destacou-se os atos bilaterais do Brasil com os organismos internacionais. Não foi encontrado nenhum ato internacional relacionado com a pecuária. Estes atos internacionais envolvem países que não foi possível encontrar o continente pertencente.

Segundo a pesquisa buscou-se destacar de forma mais clara e objetiva os acordos bilaterais que o Brasil possui com outros países em relação a agricultura, pecuária e produtos agrícolas. Para elaboração das planilhas, foi utilizado informações sobre o acordo, objetivos, data de celebração e quando o acordo entrou em vigor. Além de ser um ato importante para o comércio internacional, com esse opção pode-se encontrar diversas formas de negociação entre países com seus devidos governos. Destaca-se também a necessidade de obter um acordo bilateral durante as negociações entre os países.

Além de identificar todos os acordos bilaterais, com análise de todos os países que fazem parte dos acordos, foi possível notar que alguns países possuem uma participação maior, ou seja, mais de um acordo bilateral.

Com os resultados obtidos, a pesquisa ajudou a analisar todos os acordos bilaterais referentes ao agronegócio, onde foram selecionadas como palavras chave para os acordos agricultura, pecuária e produtos agrícolas. Alguns países não constaram a data que foi dado entrada em vigor nos acordos. Foi possível notar que existem acordos muito antigos em relação ao ano atual.

Conclui-se que o presente tema proporcionou um maior entendimento quanto os atos bilaterais para a pesquisadora. Assim é compreendido que apesar do tema ser pouco tratado na universidade, foi possível ter um conhecimento a mais sobre o tema estudado, pois é os atos bilaterais são necessários para o andamento das negociações entre países.

REFERÊNCIAS

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Agroindustrial**. São Paulo: Atlas, 2007. 690 p. 388 (v. 2)

BRASIL. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO. **O que é a Organização Mundial do Comércio (OMC)?**. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br/barreirastecnicas/faq/omc.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2015a.

_____. Ministério da Agricultura. **Adesão de Novos Membros**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/organizacao-mundial-do-comercio-omc/adesao-de-novos-membros>>. Acesso em: 15 mar. 2015b.

_____. Ministério da Agricultura. **Organização Mundial do Comércio – OMC**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/internacional/organizacao-mundial-do-comercio-omc>>. Acesso em: 15 mar. 2015c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=366>>. Acesso em: 20 abr. 2015d.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **O que são atos internacionais?** Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/apresentacao/o-que-sao-atos-internacionais>>. Acesso em: 24 abr. 2015e.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Denominações dos atos internacionais**. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/apresentacao/tipos-de-atos-internacionais>>. Acesso em: 24 abr. 2015f.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Cláusulas finais ou processualísticas**. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/apresentacao/clausulas-dos-atos-internacionais>>. Acesso em: 24 abr. 2015g.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Tramitação dos atos internacionais**. Disponível em: <<http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/apresentacao/tramitacao-dos-atos-internacionais>>. Acesso em: 24 abr. 2015h.

_____. **Revista de Política Agrícola**. Brasília: Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, v. 15, 2006. Trimestral. Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/35c89813e27f49020da5b45dafbb50d6..pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2015i.

CABO VERDE. Embaixada de Cabo Verde no Brasil. **Integração do Brasil com países africanos para produção e exportação de etanol e suas perspectivas.**

Disponível em:

<<http://www.embcv.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1202>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas.** 24. ed. Campinas: Papirus, 2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

CORTINHAS, Juliano da Silva. **Política Externa, Protecionismo e Grupos de Pressão: uma análise das salvaguardas norte-americanas ao aço.** 2005. 196 f.

Monografia (Especialização) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em:

<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/7366/000542840.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

COSTA, Lígia Maura Costa. **Comércio exterior – negociações e aspectos legais.** Campus, 2006.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico.** 14. ed. Porto Alegre: Brasil, 2007.

FRANÇA. Organisation Mondiale du Commerce. **Qui nous sommes.** Disponível em: <https://www.wto.org/french/thewto_f/whatis_f/who_we_are_f.htm>. Acesso em: 15 mar. 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LESSA, Antonio Carlos; ALTERNANI, Henrique. **Relações internacionais do Brasil – Temas e legendas.** Saraiva, 2006.

LUZ, Cíntia Noronha da. **A OMC e a discussão sobre as barreiras comerciais.**

2004. 50 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2013/04/A-OMC-E-A-DISCUSSAO-SOBRE-BARREIRAS-COMERCIAIS.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 3.ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2000. 289 p.

NOVAES, Amilton Luiz et al. Análise dos Fatores Críticos de Sucesso do Agronegócio Brasileiro. In: CONGRESSO SOBER – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 48, Campo Grande, 2010. 20f. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/839.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2015.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. São Paulo: MacGrawHill, 2006.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SILVA, José Ultemar da. **Gestao das Relações econômicas internacionais e comercio exterior**. Cengage, 2008.

THORSTESSEN, Vera. **OMC Organização mundial do comercio – As regras do comercio internacional e a nova rodada de negociações multilaterais**. 2. ed. Ed. Aduanerias: s.d..

VIANNA, Ilca Oliveira de Almeida. **Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica**. São Paulo: EPU, 2001.